



**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROF<sup>a</sup> NAIR FORTES ABU MERHY**

**LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**GLEICY KELLY DA CRUZ SILVA**

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA DEFICIENTE VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA**

Além Paraíba  
2018

GLEICY KELLY DA CRUZ SILVA

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA DEFICIENTE VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física, do Instituto Superior de Educação Prof<sup>a</sup> Nair Fortes Abu Merhy, Fundação Educacional de Além Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Gleydson Percegoni Thurler Mendonça

Além Paraíba  
2018

GLEICY KELLY DA CRUZ SILVA

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA DEFICIENTE VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA**

Monografia apresentada ao Instituto Superior de Educação Profª Nair Fortes Abu-Merhy,  
da Fundação Educacional de Além Paraíba - FEAP, como requisito parcial para a obtenção  
do título de Licenciado em Educação Física e aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

---

Gleydson Percegoni Thuler Mendonça  
Fundação Educacional de Além Paraíba

---

Patrícia Bassan de Oliveira Barbosa  
Fundação Educacional de Além Paraíba

---

Kellen Resende Couto  
Fundação Educacional de Além Paraíba

Além Paraíba  
10 dezembro de 2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Gleicy Kelly.

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA DEFICIENTE VISUAL NAS AULAS  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Gleicy Kelly da Cruz Silva... Além Paraíba: FEAP/ISEFOR, Graduação,  
2018.

Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Fundação Educacional de  
Além Paraíba, ISEFOR, Além Paraíba, 2018.

Orientação: Prof. Gleydson Percegoni Thuler Mendonça

1. Inclusão Escolar 2. Deficiência visual: Causas e Efeitos - Monografia  
I. Gleydson Percegoni Thuler Mendonça II. Fundação Educacional de Além  
Paraíba, Licenciatura em Educação Física. IV. A inclusão da criança  
deficiente visual nas aulas de Educação Física.

Dedico este trabalho a minha família que sempre esteve me dando apoio e força para não desistir dessa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar o agradecimento vem sempre a Deus, por me dar a oportunidade de concluir mais essa etapa da minha vida, e por me cercar de pessoas que em toda a caminhada só me ajudaram. Agradeço imensamente a minha mãe Orodir, e ao meu padrasto Eugênio por junto comigo não terem desistido desse sonho, e sempre lutaram para que não me deixassem por fim nessa etapa. Agradeço aos professores da instituição por todo o enriquecimento dos meus conhecimentos, em especial meu orientador e também coordenador do curso Gleydson por ceder materiais que ajudaram com o desenvolvimento desse trabalho.

"O outro diferente funciona como o depósito de todos os males, como portador das falhas sociais. Este tipo de pensamento supõe que a pobreza é do pobre; a violência, do violento; o problema de aprendizagem, do aluno; a deficiência, do deficiente; e a exclusão do excluído".

DUACHATZKY e SKLIAR, 2001.

SILVA, Gleicy Kelly da Cruz. **A inclusão da criança deficiente visual nas aulas de Educação Física.** Além Paraíba. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Instituto Superior de Educação Profª Nair Fortes Abu-Merhy, Fundação Educacional de Além Paraíba, 2018.

## RESUMO

A deficiência visual vem desde os primórdios, porém logo no princípio a deficiência era considerada um castigo. Com o passar dos anos, foi mudando o modo de pensar a respeito da mesma, com diversos estudos de especialistas sobre o tema. A deficiência visual afeta diversos não somente a visão do indivíduo, mas também seu sistema motor, devido a grande necessidade de estímulo para seu desenvolvimento. A educação física tem papel fundamental na vida de quem convive com a deficiência, pois a a partir das aulas, e das atividades nelas propostas o aluno tem melhora do seu esquema corporal, e da sua qualidade de vida.

SILVA, Gleicy Kelly da Cruz. **A inclusão da criança deficiente visual nas aulas de Educação Física.** Além Paraíba. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Instituto Superior de Educação Profª Nair Fortes Abu-Merhy, Fundação Educacional de Além Paraíba, 2018.



## **ABSTRACT**

Visual deficiency comes from the earliest days, but at the beginning deficiency was considered a punishment. Over the years, it has changed the way of thinking about it, with several studies of experts on the subject. Visual impairment affects not only the individual's vision, but also his motor system, due to the great need of stimulus for its development. Physical education plays a fundamental role in the life of those who live with disability, since from the classes, and from the activities proposed in them, the student has an improvement of his corporal scheme, and of his quality of life.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Teste de visão.....</b>	<b>40</b>
---------------------------------------	-----------

## SUMÁRIO

<b>1-INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2- DESENVOLVIMENTO.....</b>	
<b>2.1- INCLUSÃO ESCOLAR .....</b>	<b>15</b>
2.1.1- Histórico e legislação da inclusão escolar no Brasil.....	16
<b>2.2- A DEFICIÊNCIA VISUAL: CAUSAS E EFEITOS.....</b>	<b>19</b>
2.3- Metodologia de aula inclusiva para crianças com deficiência visual na Educação Física.....	23
<b>3-CONCLUSÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>32</b>

## INTRODUÇÃO

O movimento de inclusão surgiu com a intenção de ser a oposição da prática de exclusão, e vem se alinhando basicamente desde a década de 90. Tem como objetivo promover a participação social das pessoas com deficiência, tais quais eram consideradas incapazes e tinham uma vida sem grandes perspectivas.

A inclusão escolar se mostra uma necessidade para as pessoas deficientes, e ainda com grande importância de incluí-los nas aulas de educação física.

O deficiente visual tem uma perda muito grande das informações do meio em que convive e das pessoas que o cercam, prejudicando sua participação nos diversos aspectos da vida cotidiana. A criança com deficiência visual quando não é corretamente e frequentemente estimulada tem um retardo em diversos aspectos do seu desenvolvimento, como: campo motor, cognitivo, emocional e social. Dessa forma, podemos ver que o estímulo que as atividades físicas trazem para essa população é de extrema importância, fazendo com que as aulas de educação física exerçam um papel fundamental no processo de desenvolvimento das crianças portadoras de deficiência visual.

A disciplina de educação física ainda se propicia a inclusão do deficiente visual devido a sua flexibilidade para ser trabalhado seus conteúdos de diferentes formas.

O trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica, onde foi buscado o maior número de informações possíveis sobre o tema, baseados em diversos autores. Nele iremos identificar quais os benefícios o deficiente visual pode ganhar com as aulas de Educação Física, com objetivo de melhor visualizar a respeito do cotidiano dos deficientes visuais, além de buscar um estudo mais profundo sobre como a escola deve se comportar com essas crianças, de maneira que ela seja incluída sem discriminação e superproteção.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 INCLUSÃO ESCOLAR

Embora a palavra “inclusão” pareça algo óbvio e humanitário, não é tão simples ser colocada na prática, pois engloba unir diferenças (social, racial, física, étnica, de gênero, entre outras...) de forma igualitária.

Segundo Oesterreich (2007):

A inclusão é um conceito que emerge da complexibilidade, dado que a integração entre as diferenças humanas, o contato e o compartilhamento dessas singularidades compõe a sua ideia matriz. A complexidade refere-se não apenas à reforma do pensamento e da escola, mas à formação dos professores, de modo que possam ser abertos e capazes de conceber e ministrar uma educação plural, democrática e transgressora (p.3).

O processo de inclusão vem se mostrando uma forte necessidade em nossa sociedade. Devido à grande impulso de, principalmente, pessoas ligadas a essa população, como amigos, pais, profissionais de reabilitação, educação, entre outros, tem ajudado com a criação de filosofias e práticas sociais almejando o movimento inclusivo, que defende que toda pessoa, seja ela deficiente ou não, tem direito a uma participação social plena.

A inclusão refere-se à participação efetiva nas atividades educacionais, laborais, recreativas, comunitárias e domésticas presentes no cotidiano social do indivíduo. (FLOREANS, 1998 apud RODRIGUES, 2001).

Como o estudo apresentado no presente trabalho é a inclusão escolar, o contato entre as crianças ditas como “normais” e as consideradas “deficientes” no ensino regular é de suma importância pois faz com que seja exposta novas formas de pensamento, estimulando o processo de aprendizagem, porém dentro da escola não pode haver diferenças entre “deficientes” e “normais” quanto aos alunos.

Segundo Mantoan (2006, p. 21) Jacotot defende o ser humano como um ser cognoscente, capaz de aprender e conhecer. Defendia que uma inteligência não pode ser submetida a outra. Diante disso, o professor, portanto, não pode negar a capacidade que cada aluno tem em ocupar diante do ensino ministrado, pois caso fizesse estaria ferindo o princípio de igualdade intelectual.

A igualdade não é um objetivo a atingir, mas um ponto de partida, uma suposição a ser mantida em qualquer circunstância. Há desigualdade nas manifestações da inteligência, segundo a energia

mais ou menos grande que a vontade comunica à inteligência para descobrir e combinar relações nova, mas não há hierarquia de capacidade intelectual.

Diante da forma de pensar de Jacolot, vemos a necessidade de combinar igualdade com diferenças e de nos distanciarmos de conceitos que pregam unicamente à cultura da igualdade de oportunidade liberal, e valores que defendem a escola mediante a maneira exclusiva de banir os que por deficiências ou desigualdade sociais não conseguem preencher os requisitos de aluno padrão.

A escola não pode desvalorizar, e minimizar os alunos por suas diferenças, seja nas escolas regulares ou de ensino especial. O espaço educacional não pode vir a ter qualquer tipo de discriminação.

Infelizmente no Brasil o ensino escolar ainda continua aberto a poucos, principalmente quando tratado de pessoas com deficiência. Algumas pessoas ainda tem uma ideia precipitada quanto ao atendimento educacional especializado e educação especial.

O atendimento educacional especializado consiste na inclusão de todos sem distinção, e deve ter o compromisso de lidar com as diversidades de seus alunos. A escola regular então deve ter estruturas de salas com recursos especiais, oferecer professores capacitados com recursos pedagógicos e de acessibilidade.

Enquanto a classe especial é formada para atender alunos com a mesma deficiência, e é necessário procurar esse tipo de atendimento assim que a deficiência for descoberta, pois quanto antes começar o atendimento, melhor será o progresso do aluno.

A partir da demonstração da complementariedade do atendimento especializado à educação é que se torna possível construir uma educação para todos, efetivamente inclusiva, que permita a criação em ambiente harmonioso, de desconstrução de preconceitos e de desenvolvimento das habilidades cognitivas e potencialidades sociais das pessoas com deficiência.

### **2.1.1 HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL**

Segundo a lei brasileira de inclusão do Estatuto da Pessoa com Deficiência que começou a vigorar em 2016, a pessoa com deficiência é considerada:

Art. 2ª Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade

de condições com as demais pessoas. (BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

É perceptível o fato de que houve uma grande mudança quanto a forma de socialização entre a sociedade e os portadores de deficiências. Na Antiga Grécia, as pessoas com deficiências eram marcadas por um estigma, para que através disso fossem isoladas do convívio social.

Na Idade Média julgavam a deficiência como um castigo de Deus.

“as ideias que envolviam as pessoas com deficiências eram impregnadas por concepções místicas, mágicas e misteriosas, de baixo padrão” (MARANHÃO, 2005, p. 25).”

A partir da segunda metade do século XIX, através de grande intermédio de Napoleão Bonaparte, as pessoas passaram a olhar para os deficientes como elementos uteis. Foi também por influência, mesmo que indiretamente, de Napoleão Bonaparte que foi criada o braille para os deficientes visuais.

Mas mesmo hoje, após tantos estudos e comprovações das causas de diversas deficiências ainda há pessoas que se sintam desconfortáveis com a presença dos portadores. Foi com a intenção de diminuir essa forma de pensamento sobre a deficiência que foi adotado a integração.

Na integração não era a sociedade quem deveria mudar para que os deficientes pudessem ser inclusos no meio de convívio, mas sim os portadores.

Segundo Dens (apud Masini, 2000), coordenador do movimento integracionista da Europa, em 1998, a integração se refere a intervenções necessárias para que as crianças com necessidades especiais possam acompanhar a escola, sendo o trabalho feito individualmente com a criança e não com a escola.

No início da década de 1990, em um encontro conferencial sobre Educação para Todos na Tailândia que o governo brasileiro assumiu o compromisso de construir um sistema de ensino inclusivo. Somente após, a escola passou a ter que se adequar ao aluno, e não o contrário.

“A escola inclusiva é um processo coletivo, que passa por uma reformulação do espaço escolar como um todo, desde espaço físico, dinâmica de sala de aula, passando por currículo, formas e critérios de avaliação. É o que chamamos de Inclusão com Responsabilidade que implica compromisso com o processo educacional por parte de todos que nele estão envolvidos: professores, pais, diretores, dirigentes, secretários de educação, comunidade etc. É preciso que se pense a formação dos educadores, que não é uma formação para a inclusão, pois não há como preparar alguém para a

diversidade, mas de formação na inclusão (BARTALOTTI, 2001)”

Em 1988 a Constituição federal, no artigo 205 define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino. Ou seja, preferivelmente o ensino de pessoas com deficiência deveria ser ministrado juntamente com as crianças não deficientes, em classes regulares, devendo existir um apoio institucional especializado para dar conta de suas necessidades diferenciadas.

A ideia de inclusão escolar e sem discriminação de qualquer natureza, é explicitamente validada com a incorporação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas ao ordenamento jurídico do Brasil, em 2009, por força do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto, que, em seu artigo 24, prevê:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

- a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. (BRASIL, 2009)

Porém mesmo hoje, vemos que há uma grande quantidade de pessoas que não usufruem desse direito de cidadão, seja por condição social, etnia ou por necessidades educativas especiais. Mas não se pode deixar de evidenciar o quanto o número de alunos que exercem esse direito vem aumentando com o passar dos anos.

Os dados do INEP, órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), apontam que entre 2013 e 2017 o número de alunos deficientes matriculados em escolas regulares saltou de 85,5% para 90,9%. (Fonte: <https://oglobo.globo.com>).

Cresce também o número de professores especializados em educação especial. De



acordo com o Ministério da Educação em 2013, eram 3.691 docentes com esse tipo de especialização. Em 2014, esse número chegou a 97.459. (Fonte: <https://portal.mec.gov.br> ).

## 2.2 A DEFICIÊNCIA VISUAL: DEFINIÇÃO, CAUSAS E EFEITOS

A expressão ‘deficiência visual’ se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal.

A definição de deficiência visual adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 1972 é: Cegueira inclui aqueles que apresentam acuidade visual de 0 a 20/200, ou seja, enxergam a 20 pés de distância o que pessoas de visão normal enxergam a 200 pés, mesmo que após correção máxima, ou que tenham um ângulo visual restrito a 20 graus de amplitude. Enquanto a visão subnormal inclui aqueles que tem uma incapacidade que diz respeito a uma condição em que eles, apesar de uma grave diminuição da capacidade visual, possuem um resíduo visual ainda existindo a possibilidade de correção por meios ópticos especiais.

Até recentemente não se considerava a existência dos resíduos visuais, o indivíduo simplesmente era diagnosticado com cegueira, aprendia a ler e escrever em braille, e se movimentava com ajuda de bengala. Atualmente, os especialistas trabalham em cima de aproveitar esses resíduos visuais no cotidiano do portador.

Usando instrumentos ópticos como óculos, lupas etc, a pessoa com baixa visão consegue distinguir vultos, claridade, ou objetos a pouca distância. Porém a visão se apresenta embaçada, diminuída, restrita em seu campo visual ou prejudicada de algum modo.

Recursos ou auxílios ópticos para visão subnormal são lentes especiais ou dispositivos formados por um conjunto de lentes, geralmente de alto poder, que se utilizam do princípio da magnificação da imagem, para que possa ser reconhecida e discriminada pelo portador de baixa visão. Os auxílios ópticos estão divididos em dois tipos, de acordo com sua finalidade: recursos ópticos para perto e recursos ópticos para longe. (Braga, 1997, p. 12)

“No Brasil, cerca de 1,0 a 1,5% das pessoas apresentam deficiência visual (aproximadamente 1,7 milhões de pessoas), sendo 80% com baixa visão e 20% cegas” (RAPOSO & CARVALHO, 2010, p 160).

Existe as mais variadas formas de adquirir a deficiência visual, pode ser a congênita são as adquiridas em período anterior aos 5 anos de idade da criança, visto que nesse período ela ainda não apresenta memória visual significativa, pois sua capacidade visual está em

desenvolvimento no que se refere a campo e acuidade visual. Sendo a adquirida aquela que ocorre após essa idade.

Segundo CRAFT e LIEBERMAN (2004) podemos descrever algumas possíveis causas da deficiência visual:

- Degeneração muscular (causa da perda da acuidade visual e um ponto cego central no campo visual);
- Retinoblastoma (um tipo de câncer que frequentemente leva a remoção do olho. Como se usar um globo ocular protético);
- Rubéola (durante o terceiro trimestre de gestação, as complicações da rubéola, podem causar limitações no aproveitamento visual);
- Albinismo (Caracterizado pela falta de pigmentação na íris e em todo corpo. Os olhos ficam sensíveis a luz; pode haver necessidade de usar óculos escuro em ambientes internos e externos, a fim de reduzir a claridade. [...]. Também podem apresentar nistagmo, quando se observa um curto e rápido movimento involuntário do globo ocular de um lado para o outro);
- Retinose pigmentar (doença hereditária e progressiva na qual ocorre inicialmente a cegueira noturna, seguida pela possibilidade da perda da visão periférica);
- Síndrome de Usher (causa da surdes – cegueira, é uma condição hereditária que provoca perda auditiva (normalmente surdes profunda) e está presente no nascimento ou logo após o nascimento. Também ocorre perda progressiva da visão, causada pela retinose pigmentar);
- Glaucoma (causado por um distúrbio na drenagem fluído intra-ocular. O conseqüente aumento da pressão pode acabar levando a cegueira total. A perda visual pode ser gradual, súbita, ou estar presente desde o nascimento);
- Catarata (a perda da transparência característica da lente, torna o cristalino opaco, desencadeado, possível sensibilidade a luz e ao ofuscamento e tendência ao estrabismo para compensar a visão comprometida. A catarata pode acontecer em consequência da rubéola);
- Retinopatia da prematuridade (ocorre em alguns bebês nascidos prematuramente expostos a grande quantidade de oxigênio dentro das incubadoras, causando redução da acuidade ou cegueira total).

Os pais devem estar atentos quando na infância a alguns sinais que podem ajudar a descobrir a deficiência visual, são eles:

- Deixa de procurar fontes de luz;
- Não acompanha visualmente pessoas e objetos;
- Não faz movimentos com as mãos na frente dos olhos;
- Deixa de virar no berço, da posição frontal para a dorsal;
- Não faz movimentos com a cabeça, mãos, pernas e olhar em reação a estímulos;
- Deixa de olhar e usar as mãos;
- Não estende os braços;
- Deixa de responder a sorrisos;

É importante ressaltar que indivíduos com problemas de acuidade visual que são corrigidos com uso de óculos ou lentes ópticas não são considerados deficientes visuais, como por exemplo: miopia, estrabismo, ambliopia, hipermetropia, astigmatismo. Ainda assim, é importante que essas patologias sejam rapidamente diagnosticadas e tratadas, para que não tenha grande interferência no desenvolvimento da pessoa.

O impacto da deficiência visual vai ter na vida do indivíduo vai variar de acordo com o grau da deficiência, a idade que ocorre e como está o psicológico desse indivíduo.

Segundo ao Ministério da Educação se a criança se torna deficiente visual depois dos 5 anos de idade, ela já terá desenvolvido praticamente todo seu potencial visual, poderá conservar imagens e memória visual. Enquanto as que nascem cegas ou perdem a visão muito cedo terão suas necessidades de aprendizagem diferentes das demais crianças.

COBO (2003) relata a importância do sistema sensorial nas crianças durante o seu desenvolvimento, onde a visão funciona como mediadora dos estímulos sensoriais. A visão segundo o autor possibilita "[ ... ] ao ser humano um mundo atraente que lhe proporciona informações suficientes do ambiente, assim como verificação constante e instantânea [ ... ]" (COBO et al, 2003, A).

O autor COBO et al (2003, A) também afirma que a visão é responsável por aproximadamente 80% das informações que recebemos, sendo fundamental para a vivência de experiências passivas através da simples observação e para a participação social, nos permitindo a todo momento a análise dos fatos além de possível previsão dos mesmos.

O deficiente visual precisa utilizar de outros sistemas sensoriais, como o tato, audição, sensibilidade vibratória, entre outros, para capturar informações e estruturar seus

conhecimentos.

Devido a utilização desses outros sistemas sensoriais é que a pessoa com deficiência visual precisa ter maior proximidade com o que ou quem deseja se relacionar, pois para o tato, por exemplo, existe a necessidade da proximidade de ambos, o que acaba limitando suas relações a pessoas que estão próximas a ela.

Observa-se com muita facilidade nessa população o maneirismo e auto estimulação, podendo ser marcados principalmente por hábitos como balançar o corpo, acenar com a mão, agitar os dedos e introduzi-los no olho. A ausência da expressão facial também é muito comum nessas pessoas, visto que a falta da visão impede que aprendam as expressões faciais, e as linguagens não verbais.

A falta da visão trás para quem convive com ela uma série de fatores que acabam sendo prejudiciais ao seu desenvolvimento físico e social, atrasando o desenvolvimento conceitual, a percepção e afetando a habilidade motora. Alguns exemplos de características físicas e motoras são: desvio de postura, equilíbrio menos desenvolvido, andar lento e com os pés arrastando, lateralidade e direção não estabelecidas, pouca resistência física, entre outros.

A atividade física vem a ser de muita importância para uma melhor qualidade de vida para essa população, visto que tem como objetivo desenvolver o ser humano em sua integridade.

Segundo Soler (2005 apud MOREIRA et al, 2007):

Os esportes trazem muitos benefícios, proporcionando o desenvolvimento global dos PNE's, tornando possível reconhecer suas habilidades e integra-los à sociedade, uma vez que isso proporciona elevação da auto-estima. O convívio com outras pessoas que enfrentam as mesmas dificuldades traz para os deficientes a superação de suas dificuldades (físicas e psicológicas), a melhora de seus relacionamentos amorosos. Os esportes servem para aumentar o sentimento de autonomia. Os jogos servem para explorar o mundo que o rodeia; reforça a convivência, o auto grau de liberdade faz com que os relacionamentos fiquem mais saudáveis por esse motivo deve se tentar criar jogos de encontro e não de confronto. Equilíbrio corpo e alma atuam como um circuito auto-regulável e tensões e relaxamento produz normas, valores e atitudes, possibilita as fantasias, induz a novos experimentos, tornar as pessoas mais livres (p. 1).

Além dos efeitos benéficos já citados por Soler, ainda podemos destacar também a melhoria do débito cardíaco, com a diminuição da frequência cardíaca em repouso, redução

do colesterol, pressão arterial diminuída, melhora na aptidão cardiovascular, autoestima, menos risco a ansiedade e depressão, prevenção de doenças secundárias e expansão do núcleo social.

Porém é importante que o profissional de Educação Física esteja bem orientado quanto a forma de lidar com esses alunos, proporcionando uma aprendizagem significativa. É importante dar atenção, mas de forma que não se confunda com a superproteção. O profissional deve agir dando direção, incentivo e orientação. É interessante que o profissional ao elaborar sua aula, pense como se fosse um deficiente visual.

Há professores de Educação Física que ainda não se sentem preparados o suficiente para lidar com esse público, tendo problemas para promover a inclusão dos deficientes visuais em suas aulas.

Para MARQUES e SILVA (2008) a solução seria que:

Houvesse uma preparação de todos os profissionais da escola regular, para receber o aluno com necessidades educativas especiais. Já o professor de Educação Física deverá estar sempre atento às mudanças, que deverão ser feitas, para melhor atender os alunos com necessidades educativas especiais, evitando que eles sejam isolados de seus colegas e das atividades propostas pelo professor.

É importante que haja uma ampla variedade de atividades sendo oferecida aos alunos para que se efetive a inclusão, principalmente no que se refere à Educação Física Escolar, pois só será possível a inclusão de todos os alunos, a partir da criação diversificada de conteúdos e atividades (MARQUES; SILVA, 2008, p. 1)

Além disso, é importante que o próprio profissional acredite que o deficiente visual é capaz de realizar as mesmas atividades que os alunos com visão normal, desde que este esteja recebendo auxílio e informações.

### **2.3 METODOLOGIA DE AULA INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA**

O que fazer? Esse constitui um momento de reflexão sobre o trabalho a ser realizado com o deficiente visual, em que o professor se vê diante de um dilema: O que fazer? Como estruturar as aulas? Que conteúdos desenvolve? Essas questões que emergem e precisam ser solucionadas para que o professor possa organizar seu plano de aula. (Mello, 2004)

A maneira mais importante para o professor montar sua aula, e tirar suas dúvidas sobre como e o que fazer é saber do próprio educando como ele é, como percebe, age, pensa, fala e sente. O educador deve sempre ter um relacionamento aberto com a família do aluno, para saber melhor sobre ele e esclarecer dúvidas.

As metodologias utilizadas pelo professor com o deficiente, devem priorizar a segurança do aluno, orientando as suas potencialidades e estimula-los de forma a superar os déficits causados pela deficiência, trazendo assim mais auto-confiança, através da descoberta do seu próprio corpo.

Sobre o objetivo da educação física no desenvolvimento do deficiente, do ensino regular pode-se destacar justamente a ideia de desenvolver a percepção da consciência do corpo.

Mello (p. 121, 2004) afirma que estruturando-se situações pedagógicas constituídas a partir dos elementos inerentes a essa consciência, como o conhecimento das partes do corpo, o ritmo, a orientação espacial, o controle tônico, noção de lateralidade, entre outros aliados a um ensino que leve os alunos a compreenderem seu corpo e as diferentes relações estabelecida com o meio e as pessoas.

Dessa forma entende-se que as pessoas cegas precisam de orientação para a construção do seu esquema corporal. Se essa imagem não for bem desenvolvida há o mal desenvolvimento dos elementos físicos como a postura, os gestos e expressões faciais. Quando isso ocorre, influencia nos movimentos do deficiente visual.

Promovendo a consciência corporal do deficiente visual, o educador ajuda na sua orientação e mobilidade.

Para Mosqueira (2000, p.47 e 48) existem alguns exercícios que podem ser utilizados nos trabalhos de orientação e mobilidade do corpo. São eles:

- Caminhar na ponta dos pés, e sobre os calcanhares;
- Aviãozinho – subir e descer escadas;
- Caminhar sobre um banco ou mesmo sobre uma linha em relevo;
- Equilibrar em um rolo;
- Caminhar em linha reta, intercalando com giros de 360°;
- Permanecer apoiado numa perna só, por vários segundos;

Muitas das vezes as limitações da deficiência fazem com que haja até mesmo encurtamento muscular em decorrência da postura desses indivíduos, atrapalhando sua mobilidade. A prática desses exercícios incentiva que os mesmos melhorem sua postura, para assim ter uma

mobilidade e orientação melhor desenvolvidas.

Além do conhecimento do corpo, o desenvolvimento da lateralidade também é de suma importância, pois através dela o aluno consegue desenvolver sua estabilidade, equilíbrio, postura e entende como dividir o corpo em lados direitos e esquerdos. O exercício de desenvolvimento da lateralidade pode ser feito utilizando mudanças de direções como: frente/atrás, direita/esquerda, embaixo/encima, etc.

É importante ainda ficar atento ao ambiente onde a aula será ministrada, devido a segurança do aluno, para evitar riscos durante as aulas. Cidade e Freitas afirmam que:

No caso de deficiência visual, o professor deverá assegurar-se de que o aluno esteja familiarizado com o espaço físico, percursos, inclinações do terreno e diferenças de piso. Estas informações são úteis, pois previnem acidentes, lesões e quedas. É importante que toda instrução seja verbalizada, dando possibilidade para que o aluno com deficiência visual entenda a atividade proposta.

O professor deve avaliar também se as atividades que estão sendo propostas em suas aulas contribuem de fato para a criação de laços de amizade, evitando a rejeição, podendo para facilitar a impregação desse posicionamento propor atividades de colaboração para os companheiros de classe.

Existem atividades que podem ser feitas com toda a turma, incluindo o aluno deficiente visual de forma que ele não se sinta rejeitado e diminuído, algumas são:

I. Maestro Invisível (adaptado de Bagatini, 1992)

Descrição: Alunos dispostos em círculo sentados ao chão, um aluno é escolhido para se retirar da sala. Em seguida, o professor encarrega um dos alunos do círculo para ser o maestro invisível. Todos os componentes do grupo devem imitar os seus gestos, tentando evitar que o companheiro de fora descubra. O aluno escolhido retorna a sala, e tenta descobrir quem é o maestro invisível. No momento que ele descobrir, troca de lugar com ele.

II. Posso ajudar?

Material: Vendas pretas para todos.

Descrição: A turma deverá ser dividida em pares. Cada par receberá uma venda, um da dupla usará a venda simulando o deficiente visual e o outro será o acompanhante. É importante que o professor explique

que o papel do acompanhante é estar ao lado do deficiente visual para oferecer sua ajuda e dá-a quando for aceita. Explique que é importante perguntar se ele precisa de ajuda e de que forma essa ajuda pode ser dada. Os pares serão orientados para realizarem diversas atividades, tais como: beber água, andar pela quadra, pelo pátio, explorar a classe, andar entre as carteiras, etc. Uma vez realizado todo o percurso, a dupla deverá trocar as funções, o aluno que estava simulando o deficiente visual deverá passar a ser o acompanhante e assim vice-versa. (Ministério da Educação e do Desporto/ MEC, 2007).

### III. Ouça e pegue o rabinho

Material: barbante, latas de refrigerante com pedrinhas dentro.

Descrição: Amarrar uma lata de refrigerante no barbante e prender nos alunos, o objetivo será pegar o maior número possível de rabinho, quem conseguir ganha o jogo. Esta atividade poderá ser feita em duplas de mãos dadas, onde um estará vendado e outro não. Aquele que não enxerga pega o "rabinho", seguindo as instruções do vidente. O "rabinho" estará preso ao aluno cego, com baixa visão ou vendado. Vencerá a dupla que tiver mais rabinhos. (DIEHL, 2006).

### IV. Passa a bola

Material: bolas com guizo (caso não tenha bola com guizo, a bola poderá ser colocada dentro de sacolas plásticas)

Descrição: Duas ou mais colunas com mesmo número de participantes. O primeiro integrante de cada coluna deverá estar com a bola que deverá ser passada entre as pernas ao colega de trás até chegar o último da coluna; este irá devolver por cima da cabeça até chegar ao primeiro da coluna. Na mesma ordem, logo em seguida passar a bola pelo lado direito, retornando pelo lado esquerdo. Vence a coluna que terminar a sequência primeiro gritando o nome de sua equipe. Os alunos videntes auxiliarão os alunos cegos e com baixa visão a pegar a bola, através de comunicação verbal. (DIEHL, 2006).



## V. Caçada a bola

Material: bola com guizo (caso não tenha bola com guizo, a bola poderá ser colocada dentro de sacolas plásticas).

Descrição: Duas fileiras com o mesmo número de participantes, dispostas nas laterais da quadra, viradas para o centro. Cada aluno receberá um número que será o mesmo para as duas fileiras, no sentido diagonal. Quando o professor falar um número, os representantes do número deverão ir em direção da bola que estará sendo movimentado pelo professor no centro da quadra. O aluno que pegar a bola deverá dizer o nome de sua equipe, que marcará um ponto. Vence a equipe que marcar mais pontos. Esta atividade poderá ser realizada de duas formas: se em uma das equipes tiver um aluno cego ou com baixa visão, na outra equipe poderá ter um aluno vendado, ou todos os alunos deverão usar vendas. O professor poderá propor uma operação aritmética, e os alunos que representarem o resultado de tal operação deverão pegar a bola. Exemplo:  $2+2=4$ , os alunos representantes do número 4 deverão tentar a pegar a bola. (DIEHL, 2006)

### 3 CONCLUSÃO

Através do seguinte trabalho podemos ver as dificuldades que os deficientes passaram ao longo do tempo, para que pudesse hoje ser considerado uma pessoa capaz de aprender e se desenvolver como qualquer outra.

Vimos que ainda há grandes lacunas a serem preenchidas quanto as escolas regulares para receberem os alunos deficientes, mas que ainda assim vem crescendo o número dessa população dentro das classes regulares. Entendemos que incluir um aluno nas aulas não é apenas entregá-lo dentro da classe, onde ele precisa se adaptar ao meio, mas sim adaptar a escola ao deficiente, desenvolvendo condições e estruturas pedagógicas para que ele possa frequentar e aprender o tema trabalhado.

Ao incluir o deficiente visual nas aulas de educação física há uma série de cuidados a serem tomados pelo professor, como orientar ao educando sobre o ambiente onde está, e promover atividades de autoajuda, para evitar o combate dele com outros alunos e melhorar a interação. Há diversos aspectos em que esse precisa se atentar para que o deficiente possa se desenvolver como o esperado, visto que a educação física é de extrema importância para o desenvolvimento dos diversos esquemas corporais, principalmente do deficiente visual que precisa de uma orientação especial.

Concluimos esse trabalho com consciência de como é possível incluir o deficiente nas aulas de educação física sem que haja qualquer tipo de discriminação, e assim mostrando sua capacidade de conquistar seu espaço como cidadão.



## REFERÊNCIAS

BARTALOTTI, Celina. **Construindo a escola Inclusiva**. 2001. Disponível em <http://celinacb.br.tripod.com/toeinclusaosocial/id4.html> Acesso em 16/10/2018

BRAGA, Ana Paula. “Recursos ópticos para visão subnormal – seu uso pela criança e adolescente”. Revista Con-tato. São Paulo, Laramara, agosto de 1997.

COBO, A. D.; Rodríguez, M. G.; Bueno, S. T Aprendizagem e Deficiência Visual. In: Martín, M. B. (Coord); tBu.en<>. S. T (Coord) Deficiência Visual: Aspectos Psicoevolutivos e Educativos. Tradução Magali de Lourdes Pedro. São Paulo: Editora Santos, 2003 . B

COBO, A. D.; Rodríguez, M. G.; Bueno, S. T Aprendizagem e Deficiência Visual. In: Martín, M. B. (Coord); tBu.en<>. S. T (Coord) Deficiência Visual: Aspectos Psicoevolutivos e Educativos. Tradução Magali de Lourdes Pedro. São Paulo: Editora Santos, 2003 . C

CRAFT, D. H. Sensory Impairments. In: Winnick, J. P. Adapted Physical Education and Sports. Illinois: HumanKinectics Books, 1990.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

LIEBERMAN, L. J.; Houston-Wilson, C. Overcoming the Barriers to Including Students with Visual 11 and Deaf-Blindness in Physical Education. View, V. 31(3), 1999.

MANTOAN Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos / Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006. – (pontos e contrapontos)

MARANHÃO, Rosanne de Oliveira. O portador de deficiência e o direito do trabalho. São Paulo: LTR, 2005.

MARQUES, Keury Gomes; SILVA, Renata Vanessa da. **Atividades inclusivas na Educação Física escolar**. Revista Digital – Buenos Aires, Ano 13, n. 119, abril de 2008. Disponível em

<<https://www.efdeportes.com/efd119/atividades-inclusivas-na-educacao-fisica-escolar.htm>>  
Acesso em 01/11/2018

MELO, Dr. José Pereira de. **O Ensino da Educação Física para Deficientes Visuais.** Revista Brasileira da Ciência do Esporte. Vol.25, nº 3. 2004)

MOREIRA, Wellington Costa; RABELO, Ricardo José; PAULA, Alexandre Henriques. **Fatores que influenciam a adesão de deficientes motores e deficientes visuais a prática desportiva.** Revista Digital – Buenos Aires, Ano 11, n. 104, janeiro de 2007. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd104/deficientes-motores-visuais.htm> Acesso em 01/11/2018

MOSQUEIRA, Carlos. **Educação física para deficientes visuais.** Rio de Janeiro, Sprint, 2000.

OESTERREICH, Sandra Brenner. **A problemática da inclusão do Portador de Necessidades Educativas Especiais na rede de Ensino e Charqueadas:** o papel do educador nesse processo. Ciência e Conhecimento – Revista Eletrônica da Ulbra São Jerônimo, vol 01, 2007, Pedagogia, A.2. Disponível em <[http://cienciaeconhecimento.com.br/pdf/vol001\\_PeA2.pdf](http://cienciaeconhecimento.com.br/pdf/vol001_PeA2.pdf)> Acesso em 9/10/20018

\_\_\_\_\_. Palácio do Planalto. Presidência da República. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm) Acesso

RAPOSO, Patricia Neves; RAPOSO, Erenice Natália S. **A pessoa com deficiência visual.** In: Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Diva Albuquerque Maciel e Silvane Barbato (Orgs). 2010.

RODRIGUES, D. A Educação e a Diferença. IN: Rodrigues, D. Educação e Diferença: Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva. Portugal: Porto Editora, 2001.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm) Acesso em 11/10/20018

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/inclusao-e-integracao/44632>

Acesso em 15/10/2018

## **ANEXOS**

Anexo 1

